

# O Brasil na depressão

Antônio Houaiss e  
Pedro do Couto\*

**O** ministro Marcílio Marques Moreira, em entrevista a Carlos Alberto Sardemberg, JORNAL DO BRASIL, edição de 22 de setembro, afirmou que, diante do panorama nacional, sómente se pode prever a retomada do crescimento econômico do país a partir de 1993. O titular da Economia e do Planejamento não podia ter transmitido notícia pior, que se traduz pela perspectiva de um prolongamento da estagnação e, portanto, do retrocesso em que nos encontramos pelo menos por mais dois anos. No mesmo período, a população, como é natural, continuará a crescer e este é um dado fundamental da crise brasileira. Se a economia foi mal em 91, prosseguindo mal agora, indiretamente Macilio Marques Moreira fixou o destino da atual administração: não fazer o processo evolutivo caminhar, já que ela se encerra a janeiro de 95.

Sim. Porque o país já vem de uma queda de 4,2 por cento em seu Produto Interno Bruto em 91, como revelou o IBGE. Como o número de habitantes avançou 2,2 por cento, houve assim, na verdade, um retrocesso de ordem de 6,4 por cento para um PIB de aproximadamente 320 bilhões de dólares. Fato muito grave, principalmente se considerarmos que a economia brasileira teria que progredir a um índice maior que o do aumento populacional, para que pudessemos descontar terreno em nosso atraso, acumulado há vários anos, que infelizmente é enorme.

Este ponto crítico focalizamos enfaticamente em nosso livro *Brasil, o Fracasso do Conservadorismo*, Editora Ática, 1989. Se naquela ocasião o quadro nacional era desalentador, final do governo Sarney, com o PIB subindo apenas ao nível de projeção demográfica, que dizer da situação de hoje? A renda *per capita*, que é a divisão do PIB pelo número de habitantes, vem diminuindo. Uma tristeza. Andamos para trás. Motivo de depressão, claro. Sobretudo porque, psicologicamente, o ser humano precisa sentir de alguma forma que de um dia para outro avançou pelo menos um milímetro, mas avançou. Quando a certeza é outra, a atmosfera torna-se sufocante. A equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello esqueceu-se simplesmente de que o ser humano está presente em tudo. Ele é quem aciona o computador. E não o computador a ele.

O PIB é um indicador — a esse respeito — definitivo. Ou ele cresce mais do que a população, garantido o desenvolvimento econômico e uma relativa estabilidade de preços, ou fica abaixo do índice demográfico, provocando o retrocesso e a permanente explosão dos preços. Para um país das dimensões do Brasil, com tantos problemas congelados, como o da reforma agrária, não há — nem poderia haver — qualquer saída para sua economia fora do aumento da produção. Este, inclusive, é um objetivo estratégico imensamente maior em sua importância do que o combate à inflação. Dizemos isso porque, mesmo que a taxa inflacionária e os salários ficassem em zero por cento, nada seria resolvido. O Brasil não pode empatar. Como em certos desfechos no futebol, o empate nos desclassifica, tão grande é nosso atraso social, tão grande é o déficit nesse setor, maior do que as dívidas interna e externa juntas. Só a vitória interessa. Jogar pelo empate significa uma atitude conservadora. E o conservadorismo brasileiro não conduziu e nem conduz a nada. Exemplos?

Produção agrícola insuficiente. Taxa de analfabetismo oficial de 23 por cento sobre a população adulta, sem falar no índice funcional verdadeiro. Déficit habitacional superior a 10 milhões de unidades, proliferação de favelas e cortiços, mais da metade das residências rurais e

urbanas sem sistema de esgotos tratados. Altas taxas de mortalidade infantil, desastre absoluto na educação (de cada 100 crianças matriculadas apenas 20 completam o primeiro grau), redução progressiva dos salários que perdem cada vez mais por maior distância no confronto com a inflação. E o salário, vale acentuar, é o único instrumento real de redistribuição de renda. As universidades são fator de elevação social. As favelas de depressão. O que mais cresce no Brasil, as favelas ou as universidades? Não adianta apenas falar em reformas. Há que executá-las concretamente. A começar pela valorização do trabalho humano. Nos Estados Unidos, para um PIB de 5 trilhões de dólares, a massa de salários pesa dois terços. No Brasil, para um produto da ordem de 320 bilhões de dólares, a massa salarial representa hoje um terço. Mas, antes de 64, grande corte conservador da história do Brasil, pesava dois terços. Sobre este tema, existe um estudo consolidado do professor Cláudio Contador, da UFRJ, publicado pela Revista Exame há cerca de três anos. A razão do impasse econômico e social está aí.

Fala-se e escreve-se muito sobre entendimento e acordos partidários, reformulação do ministério, ao estilo das décadas de 40 ou 50, para incluir siglas e votos parlamentares no universo do governo. São análises e manobras clássicas. Nada têm de modernas. São na realidade inócuas. O problema político atual não será resolvido de forma tradicional ou tradicionalista. Ao contrário. A solução está em fatos concretos, capazes de gerar consequências substantivas que enfrentem a miséria e alcancem positivamente a sociedade como um todo. Não em adjetivos que se repetem. A solução está numa reforma, que não foi feita ainda, que livre o país da concentração exacerbada da riqueza, que sufoca a grande maioria da população, rebaixa a classe média, e se agrava ao limite de resistência e da ruptura. A cada ano, nascem mais 3 milhões de pessoas no país que precisam de alimentação, água, habitação, educação, saneamento, esgotos, relações mais justas e éticas entre o capital — seja ele estatal ou particular — e o trabalho. Precisamos, portanto, de recursos para investir. Mas como? O plano Zélia Cardoso de Mello retirou a confiança de parte dos poupadore. Claro. As importâncias bloqueadas foram readjustadas em 510 por cento ao longo de dezoito meses. Mas qual foi a taxa de inflação do mesmo período? Nada menos do que 1.500 por cento. Com o fracasso do plano, o Brasil ficou mais pobre. Compare-se a poupança interna de março de 90 com a de hoje, aplicando-se o deflator correto. Será um desastre.

Este é, infelizmente, o quadro geral e real de nosso país, a dez anos, do final do século e do milênio. Nossa angústia situa-se na sensação de perda e involução que tanto abala o presente quanto escrêce o futuro. Cada vez parcela mais ponderável de juventude enerva-se e focaliza seus horizontes para trabalhar e viver fora de seu país. Não existe exemplo maior do que este, nem mais triste, para destacar o sentimento de depressão em que nos encontramos. Isso numa nação que tem de oferecer pelo menos 1 milhão e 500 mil empregos novos a cada ano. Mas o mercado de trabalho está flagrantemente retraído. Incrível o ponto a que chegamos. O Brasil precisa de novos Juscelinos Kubitscheks, de uma nova alvorada. Ou irá soçobrar numa desorganização social, econômica, política e cultural que será caldo de cultura para todos os tipos de salvacionismos, com prioridade provável para certo tipo de fascismo caboclo aperfeiçoado, isto é, com fachada legalista e opressão arcaica. Por isso, a questão essencial é: onde encontrar estadistas como JK e uma outra aurora? Esperemos que as urnas de 94 nos deem a resposta.

\*Respectivamente, filólogo e jornalista